



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**FABRICIO RICARDO ROSSET BIAZIN**

**ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LUÍS INACIO LULA DA  
SILVA EM 2003: UM BALANÇO DOS 08 ANOS DE GOVERNO COM ATENÇÃO NA  
ÁREA DA EDUCAÇÃO**

**ERECHIM**

**2018**

**FABRICIO RICARDO ROSSET BIAZIN**

**ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LUÍS INACIO LULA DA  
SILVA EM 2003: UM BALANÇO DOS 08 ANOS DE GOVERNO COM ATENÇÃO NA  
ÁREA DA EDUCAÇÃO**

## CIP – Catalogação na Publicação

---

Biazin, Fabricio Ricardo Rosset

Análise do discurso de posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003: um balanço dos 08 anos de governo com atenção na área da educação / Fabricio Ricardo Rosset Biazin. – 2018.

57 f.

Orientador: Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim, RS, 2018.

1. Silva, Luíz Inácio Lula da, - 1945. 2. Políticas públicas. 3. Educação. 4. Brasil. Presidente (2003- 2010 : Lula). I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul, como requisito para obtenção do  
título Licenciatura em História.**

**Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti–UFFS**

**ERECHIM**

**2018**

FABRÍCIO RICARDO ROSSET BIAZIN

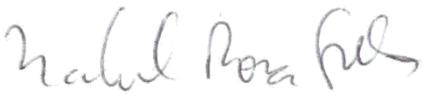
"ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO EX-PRESIDENTE LULA EM  
BALANÇO DOS 08 ANOS DE GOVERNO COM ATENÇÃO NA ÁREA DA EDUC

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

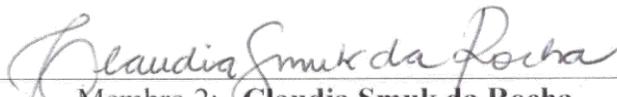
Orientador: Prof. Isabel Rosa Gritti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

Banca examinadora:

  
(orientador) Prof. **Isabel Rosa Gritti**

  
Membro 1: Prof. **Gerson Severo**

  
Membro 2: **Claudia Smuk da Rocha**

## AGRADECIMENTO

Agradeço á minha família em especial a minha mãe Maria Rosset e a meu pai Fermino Ângelo Biazin *In memoriam*, por ter me ensinado e me orientado, por ser minha referência e por ter me fortalecido nos momentos mais difíceis. Agradeço aos colegas, com os quais aprendi a dividir os bons e maus momentos e por termos caminhado juntos dentro e fora da Universidade. Agradeço ainda aos professores da UFFS – Erechim que com dedicação contribuíram para minha formação e fizeram parte dessa trajetória, em especial á Pr

of. Isabel Gritti pela orientação. E por fim, agradeço ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por ter criado a UFFS, possibilitando a minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, confrontando-o com suas principais realizações durante os dois mandatos, tendo como enfoque principal a área educacional. Para tanto, o presente trabalho é dividido em três capítulos: no primeiro capítulo temos a apresentação de conceitos sobre política pública e democracia, abordando eventos históricos que influenciaram dentro e fora do Brasil a construção de determinadas políticas públicas, e também o contexto histórico educacional brasileiro, o segundo aborda a trajetória do presidente Lula, fazendo uma reflexão sobre seu discurso de posse em 2003. O terceiro capítulo retrata um panorama da educação no Brasil em 2002 e as realizações feitas na educação por Lula em seus dois mandatos.

**Palavras chave:** Lula. Política. Pública. Educação.

## RESUMEN

El presente trabajo busca analizar el discurso de posesión del presidente Luís Inácio Lula da Silva en 2003, sus principales logros durante los dos mandatos, teniendo como enfoque principal el área educativa. Para dar cuenta de tales objetivos, el presente trabajo se divide en tres capítulos: En el primer capítulo tenemos la presentación de conceptos sobre política pública y democracia, abordando eventos históricos que influenciaron dentro y fuera de Brasil la construcción de determinadas políticas públicas, el contexto histórico educativo brasileño, el segundo aborda la trayectoria del presidente Lula, haciendo una reflexión sobre su discurso de posesión en 2003 y el tercer capítulo retrata un panorama de la educación en Brasil en 2002 y las realizaciones hechas en la educación por Lula en sus dos mandatos.

**Palabras clave:** Lula. La política. Pública. Educación.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> matrículas do FIES .....	34
<b>Tabela 2</b> Número de UFS .....	36

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa de Localização das 14 UF .....	36
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 - POLÍTICA PÚBLICA E DEMOCRACIA .....</b>	<b>14</b>
2.1 EVENTOS HISTÓRICOS QUE A INFLUENCIARAM NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	15
2.2 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO BRASIL .....	16
2.3 O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....	18
<b>3 - A TRAJETÓRIA DO PRESIDENTE LULA.....</b>	<b>22</b>
3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE O DISCURSO DE POSSE EM 2003 DO PRESIDENTE LULA .....	23
<b>4 - UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ANTES DA ERA LULA .....</b>	<b>28</b>
4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO GOVERNO LULA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO .....	30
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>45</b>



Na luta de classes  
(Paulo Leminski)

Na luta de classes  
todas as armas são boas  
pedras  
noites  
poemas

# 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII) é parte do processo final de formação inicial do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). No estudo buscamos investigar a seguinte **problemática**: Qual a coerência encontrada na análise entre o conteúdo do discurso de posse do presidente Lula, em seu primeiro mandato, em relação aos feitos e a contribuição na área das políticas públicas para educação, para o período entre 2003 e 2010?

Neste íterim, o **objetivo geral** do estudo foi analisar o discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato presidencial, com enfoque nas realizações efetivadas na área da educação no período de sua governança.

Para alcançarmos tal intuito, nos **objetivos específicos** para a presente investigação buscamos:

- compreender a política pública e a democracia, a partir do contexto educacional brasileiro, tendo como base os eventos históricos e o impacto das políticas nacionais e internacionais;

- retomar, de forma concisa, a trajetória do presidente Lula, com ênfase na análise do discurso de posse de seu primeiro mandato, em 2003;

- verificar o panorama da educação no Brasil em 2002, tendo em vista perceber os avanços que as políticas públicas realizadas pelo governo Lula propiciaram na área da educação.

Tendo em vista as intenções supracitadas, no **desenho metodológico** para a investigação, priorizamos a abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico aliado ao método documental. Para isso, levantamos elementos teóricos e documentais para fundamentar e aprofundar a trajetória política do presidente em seus 08 anos de governo.

Assim, a realização do trabalho investigativo em uma perspectiva da Pesquisa, optamos pela metodologia bibliográfica e documental a partir de materiais bibliográficos e artigos coletados da internet e documentos disponíveis em *sítes* oficiais do governo brasileiro, entre outros.

A análise é realizada partindo das políticas sociais e econômicas, tendo em vista, o alcance dos programas e projetos de suas propostas de governo, bem como o entendimento de que as políticas sociais e econômicas qualificam e possibilitam a efetivação das políticas educacionais.

Desenvolvemos em forma de capítulos, discussões que abarquem as ações, projetos e programas implantados nesse período de governo e averiguaremos se as propostas do discurso de posse do presidente Lula se concretizaram enquanto programas e ou projetos de governo.

Abordaremos também o tema relativo as políticas públicas e sua forma de implementação, no sentido de atender a demandas da sociedade. E também a história de como as políticas internacionais vem influenciando os investimentos e a política pública no Brasil. O conceito de democracia, e da participação da sociedade nos espaços coletivos também faz parte da engrenagem que auxilia a traçar novos caminhos na gestão pública.

Vamos tratar da atuação do capital internacional e da política do banco mundial e sua atuação no Brasil, no sentido de orientar investimentos públicos em países como o nosso.

A trajetória do presidente Lula também ganha destaque em nosso trabalho, muito pela importância do homem público que ele se tornou, mas também pela história de sua vida, que se entrelaça e se confunde com as atividades políticas exercidas em sua vida.

Dentro dessa perspectiva, apontaremos os principais programas, projetos e metas sociais e econômicas na área educacional com perspectivas de desenvolvimento e efetivação das demandas da sociedade. Nesse sentido, a averiguação da concretização das propostas escritas e proclamadas no discurso de posse do presidente Lula é elemento fundamental nesse processo de investigação.

Apontaremos se as promessas impressas no discurso de posse se efetivaram enquanto compromissos com a sociedade brasileira. Nesse sentido, buscaremos nesse período histórico, informações e fatos que contribuam para o esclarecimento de nossa investigação.

Com isso, nosso trabalho se justifica pela importância da preservação dos

acontecimentos históricos que marcaram a trajetória social e política de uma personalidade considerada em todo mundo, como um dos maiores líderes populares da história política do Brasil.

O presidente do Uruguai comentou: "Os êxitos desse governo são tão formidáveis, uma fantástica revolução, que não foi uma revolução que mexeu nos fundamentos da sociedade de mercado e sim, ao contrário, foi um longo processo cheio de 'avatares'" (MUJICA, 2010).

A partir desses elementos nosso desafio é levantar e analisar resultados, dados estatísticos e documentos oficiais sobre os programas e projetos sociais e econômicos envolvendo ações na área da educação, do seu período de governo a fim de analisarmos se de fato suas ideias, programa de governo e o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) alcançaram êxitos em prol do coletivo social.

## 2 - POLÍTICA PÚBLICA E DEMOCRACIA

A sociedade escolhe seus representantes governamentais, que Têm o dever constitucional de formular políticas públicas que venham ao encontro das necessidades da população. Dessa forma, cada gestor público define um conjunto de ações e programas, que através de seus projetos são executados, no sentido de atender uma ou mais áreas de interesse. Como política pública entende-se o

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

De certa maneira podemos dizer que política pública remete a participação do povo nas decisões. Mas as decisões sempre são tomadas a partir do governo. Ou seja, a sociedade cível não é responsável direto pela efetivação de políticas públicas. Contudo é fundamental destacar a importância da sociedade nos mais diversos espaços de discussão e em movimentos representativos, para que diante do atrito e dos diferentes anseios sejam debatidos os problemas e, no coletivo, as decisões sejam de interesse de todos.

O cidadão exerce sua cidadania nos diversos espaços em que transita, trabalha, estuda, se relaciona com a sociedade. Na medida em que a pessoa vai encontrando espaços de participação ela vai se tornando mais comprometida com a transformação e a qualidade dos meios em que vive, e dessa forma vai fortalecendo sua cidadania.

A democracia ocorre justamente nesse ambiente de participação social, onde aparecem grupos de interesse, que vão ganhando legitimidade para a adoção de novos mecanismos de gestão.

O essencial é que todos os envolvidos se fortaleçam como atores a partir de interesses gerais compartilhados. Os governos da região deveriam considerar a participação cidadã como elemento central na formulação de políticas públicas, fomentando a criação de organizações sociais, redes e

tecidos sociais que aumentem a capacidade dos cidadãos para administrar seus próprios assuntos e para intervir na negociação com o setor público. A existência de espaços públicos não estatais, longe de debilitar o Estado e seu funcionamento, contribui para a legitimação do mesmo e para a eficácia de seu desempenho (DIAS; MATOS, 2012, p.162).

## 2.1 EVENTOS HISTÓRICOS QUE A INFLUENCIARAM NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Valle (2009), quando tratamos de política pública é importante fazermos uma reflexão acerca das relações do ser humano nos espaços de poder, e sua importância para a sociedade. Neste caso em particular, o campo da educação.

Aristóteles já fazia reflexões sobre política desde a Grécia antiga. Também na Grécia Platão escreveu o livro República, descrevendo um tipo de sociedade onde todos os cidadãos teriam igualdade de condições através de um sistema de educação.

Na história, alguns eventos, como o da Revolução Francesa, Revolução Industrial e as lutas de independência dos países da América contribuem significativamente com a forma de se pensar e as convicções ideológicas. As sociedades começam a assimilar a possibilidade de admitir que as convenções sociais possam ser modificadas.

Marx e Engels no século XIX apresentaram uma nova teoria, fazendo críticas a economia da época, criando o materialismo histórico. Surgem então, os dois referenciais precursores do pensamento comunista.

O século XX iniciou com a primeira Guerra Mundial (1914-1918). O mundo estava em grande efervescência, o planeta vive uma bipolaridade, dividido entre o capitalismo e o socialismo. Com grande influência da Alemanha inicia-se a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Os fatos históricos, assim como a política são instrumentos fundamentais para a implementação de determinados projetos e ações governamentais e sociais. Dessa forma, guerras, revoluções também são fatores que levam a discussão de uma nova agenda política para um novo modelo de gestão pública.

Nos anos 80 as correntes distintas de cunho liberal conservador e a corrente progressista que defendia liberdade e igualdade viviam intensa disputa pelos espaços

de poder. União Soviética e Estados Unidos lideravam essas tendências ideológicas até o final da Guerra Fria (1945-1989). Em 1989, com fim da guerra Fria, cai o muro de Berlim que separava a Alemanha em oriental e ocidental.

Nos anos 90 a política neoliberal surge com bastante força, ampliando o ideal capitalista e a economia de mercado. O mundo e o Brasil entram em uma nova etapa das políticas de globalização e de uma economia em que privilegia as relações comerciais em detrimento do ser humano.

Um olhar histórico nos chama a atenção para a necessidade de adotar outra perspectiva e uma nova forma de se fazer política e de interpretar as relações estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, é fundamental que se estabeleça um enfoque nas políticas públicas que evidentemente terão consequências nas políticas educacionais.

## 2.2 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO BRASIL

Tendo em vista a temática proposta nesta pesquisa investigativa, é fundamental contextualizar a influência do Banco Mundial, que chega ao Brasil, como política internacional e influencia fundamentalmente todos os setores dependentes das políticas públicas nacionais.

Para tanto, à luz de Furtado (2008) compreende-se que com a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 1944 tinham o objetivo de aperfeiçoar a reestruturação nos países europeus no pós-guerra.

Nos seus primeiros anos o Banco Mundial desenvolvia algumas políticas específicas no campo econômico, nos anos 70 o enfoque com os países periféricos passou a ganhar prioridade, e com um tom mais humanitário passou a ter uma atenção às questões políticas e sociais.

O Ministério da Educação do Brasil faz seu primeiro empréstimo junto ao Banco Mundial nos anos 70 por ter uma identificação com o modelo desenvolvimentista do Banco, voltando a atenção para o ensino profissionalizante de nível médio em um momento em que o Brasil precisava de formação de mão de obra qualificada para auxiliar no desenvolvimento econômico do país.

Nos anos 80, a prioridade passou a ser a educação básica, através de políticas sociais. Votado para esse modelo a solução era

[...] diminuir os encargos financeiros do Estado na área da educação, em consonância com as políticas de ajuste. Para tanto, recomendam-se medidas voltadas para a privatização dos níveis mais elevados de ensino, especialmente o superior. A prioridade dos recursos público deverá voltar-se para o ensino primário, garantindo-se, dentro deste limite inicial, a universalização do acesso à educação (FONSECA, 1997, p. 56).

A educação Básica é adotada como foco da política do Banco Mundial e o campo educativo era um caminho que possibilitava reduzir alguns conflitos sociais e prosperar a ideia neoliberal objetivando a qualificação do trabalhador. Para se ter uma ideia, na década de 70, a educação básica tinha 1% dos créditos do Banco, na década de 80 cresceu para 43%.

A partir dos anos 80 o BIRD passa a ter um financiamento de Crédito de Base Política, que tem como enfoque mexer com questões estruturais dos países periféricos, dentre elas a proposta de redução do tamanho do Estado e seus gastos, privilegiando dessa forma o setor privado. O Banco vinculou os financiamentos à condições de que fossem reduzidos os gastos do Estado em educação dentro da lógica neoliberal. Com isso, quanto menor for a capacidade do Estado em fazer investimentos, maior será o espaço de atuação dos setores privados, partindo dessa lógica o Banco Mundial faz seus investimentos com o objetivo de aos poucos induzir a política da iniciativa privada. Desconsiderando as necessidades locais, o Banco utilizou-se de dados econômicos para legitimar e produzir políticas sociais.

A educação apresentou pouquíssimas melhorias qualitativas, estando sempre subordinada a questões de ordem econômica. Ao passo em que a educação é tratada como mercadoria, os países através da concorrência podem fazer parte do mundo globalizado.

[...] a globalização não é de modo algum problemática e é realmente uma mudança necessariamente positiva que traz resultados elogiáveis para todos os interessados. É melhor que se deixe de fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um

escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no Terceiro Mundo. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como muito benéfica, nada se oferece aos países subdesenvolvidos além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração (MÉSZÁROS, 2002, p. 64).

É necessário que seja analisando com cuidado e prudência a entrada destes recursos no país. Sabemos que o interesse de toda instituição financeira como o banco é de manter seus investimentos gerando lucros. E é desta forma como se apresenta o BIRD e sua supremacia econômica.

Outro aspecto importante que não deve passar despercebido é o interesse que o BIRD tem na questão de gerenciamento das instituições escolares, interferindo nos projetos educacionais. Os países que encontram dificuldade econômica para fazer investimentos na educação de seu país, acabam tornando-se dependentes das vontades políticas, e das agendas estabelecidas por entidades como o Banco Mundial. O Brasil sendo um país em desenvolvimento, mesmo no governo Lula, com características de um governo progressista e opositor a essa dependência acaba tendo impactos por esta vinculação.

A LDB brasileira de 1996 com características de participação democrática na gestão escolar, por si só ainda não garante autonomia para as comunidades escolares. A burocracia também é um obstáculo para a pluralidade e o desenvolvimento da escola. Para aprofundar o debate acerca das questões democráticas no que tange as questões educacionais, ainda que no ambiente escolar, passa por outros debates importantes como é o caso das desigualdades sociais e a falta de outras políticas públicas capazes de atender a garantias de direitos fundamentais para o ser humano.

## 23 O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Entre diversos aspectos, um que nos chama atenção é de que a educação brasileira não foi preocupação daqueles que ditavam os caminhos desse país. Ao longo da história do Brasil a educação sempre esteve voltada para atender os interesses de uma classe privilegiada, assumindo um papel elitizado, deixando em segundo plano a preocupação naquilo que diz respeito a elaboração de políticas públicas de interesse de

toda sociedade. Uma educação seletiva, exclusiva e excludente, a fim de beneficiar uma pequena parcela abastada da sociedade. Pois, a

[...] sociedade brasileira nasceu duplamente explorada, pelos proprietários locais e pelos empresários internacionais, financiadores e distribuidores das mercadorias brasileiras. Conviveu com a mais desprezível forma de exploração do homem, a escravidão, que sobreviveria por praticamente quatro séculos. Isso significa que nossa sociedade se configurou, já em sua origem, saltando a fase do capitalismo liberal ou concorrencial, como concentradora de propriedade, riqueza, poder e prestígio social. No espaço econômico que ela criou, havia lugar para dois agentes, o que produzia e o que tinha a propriedade dos meios de produção e dos bens produzidos. Os demais, ou seja, todos os indivíduos que não se enquadrassem aqui ou lá, ou exerciam o serviço público, ou então se constituíam nos marginalizados do sistema, como os degredados e os aventureiros malsucedidos (XAVIER, 1994, p. 31).

No século XX surgem alguns indicativos de que a educação ganharia alguma atenção. Ainda no início do século o Brasil tem um modelo agrário e dependente, e a educação ainda não é vista como prioridade. Na terceira década do século o país estava afastando os componentes do militarismo e entrando em uma nova etapa da sociedade. Regida pelo modelo republicano que estimula atividades de caráter urbano, modifica a estrutura produtiva da agricultura para a indústria, alterando os pilares da economia brasileira. O Brasil passa a ter a necessidade de educar e formar os jovens para esse novo período de industrialização e urbanização que o país vivia, e a educação pública passa a ganhar maior atenção.

O número de analfabetos ainda era muito alto nesse período. Contudo, em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro (depois Universidade do Brasil e hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Com o objetivo de contribuir com uma nova agenda política de educação o então presidente Getúlio Vargas cria o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP – 1938, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – 1942, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – 1942, entre outros.

Em 1930 ainda é criado o Ministério da Educação e Saúde. Nos anos seguintes, as reformas educacionais previstas nas leis 4.024 (de 1961, que estabelecia as

diretrizes e bases da Educação Nacional), a 5.540 (de 1968, que fixava as normas do Ensino Superior) e a 5.692 (de 1971, que implantou o ensino de 1 e 2 graus).

Marcado por movimentos estudantis e pela intensa manifestação em favor da educação, os anos 60 e 70 tem significativa relevância por retratar o período do golpe em 64 que oprime os educadores da época. A ditadura civil militar foi um regime marcado pela força e pela opressão da farda em clara divergência com o pensamento progressista, de esquerda, baseados em pensadores como Karl Marx e Gramsci, entre outros. Os estudantes descontentes com a repressão enfrentaram as forças da ditadura, ao lado dos professores e muitos simpatizantes lutavam por um mundo melhor e mais justo, e uma escola sólida e progressista.

Os anos 80 teve características muito pela mobilização dos professores por melhores salários, melhores condições de trabalho, melhor formação profissional e escolas mais adequadas para a prática do ensino. O período é marcado também por movimentos sociais na luta por igualdade de direitos. Começam a surgir em todo o país sindicatos, associações estaduais e municipais de educação. Em consonância com esta ideia, na primeira metade desta mesma década viu-se a

[...] irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimida por longo tempo. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização de suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo associação de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias”, etc); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo dos setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por constituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais (NETTO, 2007. p. 149).

Esse período fica marcado pelo movimento pelas eleições diretas para presidente. Em 1988 a nova “Constituição cidadã” como era conhecida apresentou uma série de direitos e garantias, considerada uma Constituição democrática e plural, ela traz consigo pela primeira vez na história, um capítulo inteiro dedicado à Educação pública (Capítulo III da C.F, seção I Da Educação). No ano seguinte são realizadas

eleições através do voto direto e secreto para presidente e vice-presidente da República. No primeiro ano de mandato do novo presidente, é criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), tendo como objetivo reduzir fortemente o número de analfabetos no país.

O final do século é marcado por conflitos ideológicos e divergentes posições políticas. Na área educacional duas vertentes estão em disputa, a primeira defende a universalização em todos os graus de ensino da escola pública e gratuita e a outra liberal, que tinha como propósito a lógica do estado mínimo, deixando as políticas educacionais aos cuidados do mercado.

### 3 - A TRAJETÓRIA DO PRESIDENTE LULA

Luiz Inácio da Silva nasceu em Caetés, Pernambuco, em 1945. A mãe de Lula incentivava os filhos a estudar, já o pai era contrário à ideia de mandar os filhos para escola. Conforme o Instituto Lula, com todas as adversidades ele conseguiu ir para escola até concluir a 5ª série. Morando em São Paulo com sua mãe e seus irmãos, aos 14 anos Lula forma-se no SENAI como torneiro mecânico e começa a trabalhar em uma metalúrgica, com 17 anos perde o dedo da mão esquerda em um acidente de trabalho.

Lula entra para a direção do sindicato dos metalúrgicos pela influência de seu irmão José Ferreira da Silva (o Ziza ou, “Frei” Chico), que era comunista e militava há muito tempo no sindicato. Conforme o Instituto Lula, ele entra para a direção, local onde encontra espaço para exercer atividades políticas e sindicais em defesa dos trabalhadores sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Entre os anos de 1978 e 1980 Lula comanda greves de grandes proporções.

Em 1974 Lula casa-se com Marisa Letícia com quem teve 03 filhos criados junto com primeiro filho de Marisa. Em 1980 Lula fica preso por 31 dias, com outras lideranças sindicais por conta do movimento grevista. Com as reivindicações e a atuação do sindicato Lula ganha visibilidade e em 1978 surge a ideia de criar o Partido dos Trabalhadores (PT).

A criação do PT em 1980 é fruto do envolvimento de lideranças sindicais, intelectuais e religiosas e estudantis. Tendo ganhado ampla visibilidade o PT aborda temas relacionados à questões sociais e econômicas sendo uma entidade que traz consigo a defesa das mulheres, dos negros e das minorias do país.

Em 1982 Lula disputa o governo de São Paulo, não logrando êxito. Na ocasião, Franco Montoro é eleito governador de São Paulo. O país vivia sob o regime militar, mas pela pressão popular e um conjunto de fatores políticos o regime cairia em 1985. Em 1984 ocorrem vários atos pelo país pedindo eleições diretas, nesse movimento unem-se políticos de diferentes matizes pela democratização do Brasil. Em 1986 Lula é eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, com expressiva votação, tendo participado da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Na verdade Lula sabia que através do poder executivo poderia fazer política de forma mais contundente, que beneficiassem o trabalhador. Em 1989 disputa a eleição para presidente da república, sendo derrotado por Fernando Collor de Mello (PRN). Em 1994 e depois em 1998 Lula foi derrotado por seu adversário Fernando Henrique Cardoso (PSDB) por duas vezes consecutivas.

Mais tarde, com a frase: “A esperança vai vencer o medo” que ganhou destaque na campanha em 2002, Lula é eleito com quase 53 milhões de votos.

Tendo como sua maior bandeira de defesa a inclusão social e acabar com a fome no país, Lula se mostra mais ameno em seus discursos, abrindo diálogo com outros campos políticos e com setores tidos como conservadores. Surgia então o “Lula paz e amor”. Em seus dois mandatos o vice-presidente foi José Alencar Gomes da Silva.

Em 2005 o governo começa a ficar minado com denúncias de corrupção através do “Mensalão” (desvio de dinheiro para compra de deputados) e do uso de caixa dois. Mesmo com a ética do partido dos trabalhadores abalada, Lula vence novamente as eleições em 2006 e segue fazendo as mudanças propostas pelo seu projeto de campanha. Uma frase que ficou marcada nessa eleição foi a que dizia: “Deixa o homem trabalhar”.

### 3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE O DISCURSO DE POSSE EM 2003 DO PRESIDENTE LULA

O presidente Lula é um cidadão de origem humilde, que emergiu politicamente em São Paulo, oriundo de uma cidade do interior de Pernambuco, saído do meio do povo carrega consigo seu jeito simples e carismático de estabelecer relações com a sociedade.

Com relação a seu discurso, Valente (2014, p.02) argumenta que, “Lula é aquele que apresenta o discurso mais voltado para o povo, para o entendimento do povo – devido à sua linguagem um pouco mais coloquial”. Segundo a autora, tal perspectiva está relacionada às emoções do povo com relação à representatividade que os brasileiros poderiam ter por ser ele “gente como a gente” (ibid).

Em 1º de janeiro de 2003, Lula inicia um novo tempo e como Estadista, se torna protagonista de um importante episódio da história política do país. Durante este período, que se estende por dois mandatos, Lula consegue imprimir na história sua marca como governante.

Compreendemos que há a necessidade de resgatar fatos históricos dos períodos entre sua eleição e reeleição, visto que, a “era Lula” é considerada por especialistas políticos como de maior visibilidade pública, principalmente, por ter sido um estadista de esquerda no Brasil. Ademais, é de nosso entendimento que discorrer sobre políticas implantadas para o desempenho social e econômico do país, de um estadista brasileiro mundialmente conhecido, apresenta grandes desafios, sobretudo quando esta figura despertou olhares e sentimentos sob as mais distintas perspectivas e classes sociais.

Em seu discurso o presidente Lula exaltou a importância do fortalecimento do nacional e do desenvolvimento social e econômico, era fundamental para seu governo resgatar junto à população a importância de se ter uma identidade nacional. Além disso, se comprometeu a lutar por políticas que contribuíssem para reconquistar a autoestima do cidadão brasileiro, tendo como propósito o desenvolvimento político, social e econômico a partir da participação do povo.

Podemos dizer em linhas gerais que se tornam fundamentais para a afirmação de um povo enquanto nação, para afirmação de suas características e de sua autonomia e a concretização de projetos, uma consciência coletiva, capaz de sonhar com dias melhores e de aspirar em seu inconsciente um ideal de futuro.

Cheguei à conclusão de que a construção de qualquer projeto voltado para o futuro do Brasil precisa, como pré-requisito, retomar duas questões fundamentais: a da identidade nacional e a da autoestima. Sem se reconhecer e sem se considerar capaz, um povo perde a possibilidade de sonhar e ter utopias, deixa de ser sujeito de sua própria história, e passa a condição, digamos, de material etnográfico. Quando isso se instala, as ideias desaparecem e, com elas, as grandes opções, inclusive as de natureza econômica (GUIMARÃES, 2004, p. 136).

Diante das perspectivas narradas em seu discurso de posse em 2003, é relevante pensar, que entre o dito e o não dito, o Brasil é um país de grandes contrastes sociais e econômico, marcado pela desigualdade social. E, pelas análises dos discursos e as ações efetivas de um governo, a sociedade de forma organizada poderá

prevenir-se e, principalmente, cobrar de seus governantes um projeto social e político com participação popular que venha a atender as necessidades básicas de todos.

Tais considerações se apresentam como necessárias em uma perspectiva cultural, social e histórica, visto que, a memória, principalmente política de um povo, pode ajudar a decidir o presente e direcionar caminhos seguros e confiantes em perspectivas futuras. Dessa forma, nosso trabalho apresenta-se enquanto possibilidade de ampliar os conhecimentos sobre a história de um povo que luta por democracia e justiça social, que busca e deposita em seus representantes a esperança de dias melhores para todos.

A partir de uma compreensão mais ampla, o seu discurso é motivado por fatos e problemáticas sociais que atingem a grande maioria da população brasileira, por isso, sua fala aponta tais fenômenos enquanto compromissos morais e éticos.

O meu papel, neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é de dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais compromissos morais e éticos, que eu quero assumir, aqui, nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui, hoje, tomando posse (LULA, 2003).

Em um primeiro momento é possível analisar que o discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto presidente do Brasil, foi marcado, principalmente, pela figura pública detentora de uma trajetória forjada pelas lutas trabalhistas e sociais que se entrelaçam com a própria trajetória política brasileira. Sua saga pessoal e política diante das lutas e buscas de melhorias das condições sociais dos mais pobres o tornou um dos maiores líderes da atualidade. Em seu discurso, aponta para grandes transformações e reformas ao dizer que:

Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com os meus companheiros, assumindo neste momento histórico da nossa vida republicana. Mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas (LULA, 2003).

É de conhecimento público que em seu governo representou causas distintas, transitou por diferentes espaços no meio político e social, ganhou a simpatia e o reconhecimento de diferentes classes sociais, expôs pensamentos, não menos expressivos que seus discursos e ideias. Foi retirante nordestino, líder sindical, preso político e, por vezes aplaudido e respeitado e em outros momentos afrontado e perseguido.

Eu estou convencido de que hoje não existe, no Brasil, nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar. Mas, ao mesmo tempo, estou convencido e quero afirmar a vocês: não existe, na face da Terra, nenhum homem mais otimista do que eu estou, hoje, e posso afirmar que vamos ajudar este país (LULA, 2003).

É notório que a sagacidade de seu discurso de posse em seu primeiro mandato também foi motivado pelo fato de ter estado à frente de movimentos pela democratização do país ao longo de sua trajetória enquanto operário, sindicalista e político. Além disso, sua história pessoal marcada pela pobreza na infância, como migrante nordestino, torneiro mecânico, que o fizeram experimentar as dificuldades comuns à maioria da população brasileira. Conseguiu romper as barreiras da desconfiança, da hostilidade e tornou-se presidente de um país tradicionalmente governado por representantes da direita.

A partir disso, compôs um discurso, uma narrativa ímpar com inúmeros elementos, entre eles, o sonho e a esperança, sobretudo dos menos favorecidos por dias melhores. Nessa perspectiva, Singer e Árabe (2017) analisam alguns aspectos da política de governo do Ex-presidente Lula apontando que:

Tendo em vista o histórico radical do Partido dos Trabalhadores, talvez o aspecto mais marcante da experiência de governo iniciada em 2003 tenha sido a opção em favor de um modelo de utilização intensiva das “margens disponíveis” para melhorar as condições de vida dos brasileiros de baixa renda, porém sem confrontar o capital (SINGER & ÁRABE, 2017, p. 01).

Diante desse cenário, o programa de seu governo aponta para ações e investimentos efetivos no social. Ele abre perspectivas de um novo horizonte para a diminuição das desigualdades sociais a partir de projetos políticos que visem, principalmente, o desenvolvimento social, econômico e a distribuição de renda. Além

disso, deixa claro que as metas de seu governo assinalam para um alto investimento nas instituições sociais. Esses fatores estão predominantemente nas linhas e entrelinhas do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

#### **4 CAPÍTULO 3 - UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ANTES DA ERA LULA**

Os anos 90 do século XX tiveram um significativo avanço, muito pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo uma fragmentação da educação em educação superior e educação básica, sendo que esta última foi dividida em ensino infantil, fundamental e médio. O avanço também se deve pela abertura de um espaço para consolidar pontos que facilitam o acesso e melhoraram o financiamento do ensino.

Em outra esfera ficaram a Educação Profissional e Educação Especial. Acompanhado disso foi criado o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (Fundef) e um impulso em cursos na rede privada.

Conforme o MEC, o Fundef é um programa nacional criado com o intuito de redistribuição de recursos destinados ao ensino fundamental e que assegura a melhoria qualitativa do ensino ofertado, com valorização dos trabalhadores da educação, envolvendo os três níveis da administração. O necessário desenvolvimento deste programa

(...) foi constatado pelos sistemas de avaliação criados pelo próprio governo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional de Cursos Superiores, que ficou conhecido como Provão. Na educação básica, percebia-se que, embora o ensino fundamental tivesse sido universalizado, isso não havia garantido a progressão desses alunos ao ensino médio e à educação superior. Constatavam-se, ainda, insuficiências na educação infantil, com consequências para a aprendizagem dos alunos no ensino fundamental. Na educação superior, o número de vagas ociosas indicava que a política de expansão chegava ao seu limite (ABREU, 2010, p.12).

Em um país de gigantescas desigualdades sociais, é de conhecimento geral que grande parte da população brasileira não tem acesso à educação de qualidade. Na educação básica a falta de estrutura adequada, instalações precárias, prejudicam o desempenho do aprendiz. Não bastasse isso, a má remuneração dos professores e a falta de formação continuada contribui para uma aprendizagem insatisfatória dos alunos.

Uma parcela muito pequena da população tem a oportunidade de ingressar no ensino superior público e uma parcela menor ainda após entrar na universidade consegue concluir o curso, sendo os motivos os mais variados possíveis. O não ingresso na universidade é consequência de uma educação básica deficiente, um ensino de pouca qualidade durante a vida escolar da criança e o descaso do governo para com os próximos passos durante o processo educativo. A falta de universidades públicas, gratuitas que possam oportunizar o acesso dos estudantes a formação de nível superior torna-se uma barreira para aqueles que pretendem seguir estudando.

Não se deve esquecer que, apesar das variações nas políticas governamentais, existem tendências gerais que permeiam todos os governos, tendências que decorrem de amplas transformações e pressões sociais. A principal delas é a reivindicação de ampliação de acesso a todos os níveis de ensino. Até a década de 1980, tratava-se do acesso às séries iniciais do ensino fundamental e o analfabetismo ainda era considerado o maior problema do país. No final desta mesma década, a preocupação maior era com o aumento de matrículas nas séries finais do ensino fundamental. Nos anos de 1990, vêm à tona, adicionalmente, as questões da ampliação do ensino médio e da qualidade do ensino (DURHAM, 2010, p. 02).

É notória a falta investimentos públicos nessa área. O Brasil é um país estratégico, por exemplo, para as projeções que o Banco Mundial faz quando aloca seus recursos como forma de investimento para desenvolver sua estratégia política, que é financiar a educação nos países em desenvolvimento, como vimos no primeiro capítulo. A gestão do governo brasileiro é responsável por acordar qual será a área de investimento, a forma e a metodologia de aplicação de recursos, oriundo de fontes como a do Banco Mundial e também de recursos próprios. Concomitante a isso, está também o posicionamento ideológico de determinado governo e o compromisso assumido com a população através de seu plano de governo.

Vemos que a educação no Brasil é sabotada para a maioria das pessoas que dependem da educação pública no país e ficam sujeitas as políticas do gestor público. É importante mencionar que os sucessos ou insucessos das políticas públicas no Brasil não são necessariamente por ação ou omissão do governo federal os municípios e os estados são responsáveis pela educação básica da pré-escola ao ensino médio.

#### 4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO GOVERNO LULA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

O governo Lula chega ao poder em 2003, com características populares, tendo em seu discurso uma linguagem de ruptura com os modelos de gestão já experimentados pelo povo brasileiro, até aquele momento da história. "Mudança, essa é a palavra-chave. Essa foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos" (LULA, 2003).

Nesse sentido Lula era o anseio de grande parte da população brasileira, chegando ao final do governo no ano de 2010, sendo considerado por muitos especialistas políticos como um dos mais bem-sucedidos governos que o Brasil já teve, e um grande estadista de esquerda no Brasil.

A partir de uma compreensão mais ampla, o seu discurso é motivado por fatos e problemáticas sociais que atingem a grande maioria da população brasileira, por isso, sua fala aponta tais fenômenos enquanto compromissos morais e éticos.

Chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (LULA, 2003).

É possível entender o discurso do Ex-presidente Lula por sua trajetória política e por sua longa caminhada até chegar ao posto mais alto da nação, sempre forjada pelas lutas trabalhistas e sociais que se confundem com a própria trajetória política brasileira. Lula aponta em seu discurso para grandes transformações, entre elas a educação brasileira, que deveria ser pública, gratuita e de qualidade, mas que ao olhar de muitos educadores é privilégio de poucas pessoas.

Em 2003 no seu primeiro ano de governo, Lula encaminha para o congresso nacional um projeto de lei criando o Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito de alfabetizar jovens e adultos com idade superior à 15 anos.

Em 2002, havia 14,6 milhões analfabetos no Brasil (11,8 % da população de 15 anos ou mais de idade, contra 17,2% em 1992). O País tinha 32,1 milhões de

analfabetos funcionais, e 65,7% dos estudantes com 14 anos de idade estavam defasados (IBGE, 2004).

Em 2003 no Brasil existia um alto índice de pessoas consideradas como o analfabetos funcionais, tendo maior concentração nas regiões norte e nordeste do país. Cristóvão Buarque, Ministro da Educação da época, estabeleceu parcerias com entidades organizadas da sociedade civil e universidades para que auxiliassem no processo educativo de jovens e adultos. O propósito era levar um pouco de conhecimento teórico para as pessoas, mas prioritariamente ensinar a ler e escrever, tendo em vista que:

(...) com os 20 milhões de analfabetos absolutos, que nunca frequentaram uma escola, e com os que, apesar de saberem ler e escrever, são analfabetos funcionais, incapazes de entender um texto simples. A leitura é truncada, lenta e cansativa. Não conseguem escrever sobre o que leram. Estão em total desvantagem na educação. Eles são reflexos de uma escola decadente, que reflete um atraso acumulado dos últimos 30 anos. Uma escola que alfabetiza, mas não se preocupou em estimular a leitura e para uma boa alfabetização a leitura é indispensável. A leitura fortalece o conhecimento, amplia a visão de mundo (GRISPINO, 2003, s/p).<sup>1</sup>

Ainda hoje existe discriminação do ponto de vista social nas relações estabelecidas com as pessoas analfabetas. As campanhas de alfabetização feitas no Brasil ao longo da história oportunizaram novas relações de trabalho e conseqüentemente uma melhoria na sua qualidade de sua vida. No momento em que a pessoa amplia seus horizontes e perspectivas a partir do aprendizado da leitura e da escrita, ela passa a compreender o mundo e ampliar sua consciência. Nesse sentido, a política estabelecida através do programa Brasil Alfabetizado trouxe importante contribuição. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010.

A educação básica recebe uma maior atenção no governo Lula. Um novo olhar traçado da educação infantil até o ensino médio, e o foco não ficou apenas no ensino fundamental. A Emenda Constitucional que cria o Fundo de Manutenção e

---

<sup>1</sup> [http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1492:brasil-alfabetizado&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1492:brasil-alfabetizado&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456)

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) aprovada em 2005, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 415.

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. (BRASIL, 2005, s/p).

A educação integral ganha uma nova roupagem com o programa Mais Educação, criado em 2007. Através de uma política de ação pedagógica o programa visa conectar as áreas do saber à cidadania, ao meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica. O Mais Educação priorizou a ampliação da jornada escolar e a reorganização curricular.

O Mais Educação possibilitou uma ampla oferta a ser escolhida pelo aluno com por exemplo, meio ambiente, esporte, lazer, cultura, artes, promoção a saúde, educação economia, educação científica etc.

Educação integral como experiência de vivências e conhecimentos disciplinares agregado ao currículo, através de iniciativas locais e uma ampliação do tempo em que o estudante permanece na escola.

O Mais educação trouxe a concepção de utilização dos espaços para além da sala de aula. As atividades devem compreender novas formas de aprendizagem e intercâmbio de ideias e práticas sociais e culturais.

Essa perspectiva apresenta-se na contramão da segregação em que vivem milhões de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, desnaturalizando a compreensão de uma “educação em tempo integral” que deva ocorrer em uma “escola-instituição total”. [...] Ratifica-se, então, a idéia de ação intersetorial e de forte incidência na relação entre escola e comunidade, tendo por base a compreensão de que o projeto educativo das novas gerações deve radicar-se em um sólido compromisso entre distintos atores que compõem o território em que a instituição escolar está situada (MOLL, 2012, p. 138).

Um outro grande programa inaugurado pelo então ministro de educação Tarso Genro, no ano de 2004 foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Essa iniciativa teve como objetivo conceder bolsas de estudo parciais ou integrais para

estudantes nas universidades privadas, oferecendo como contrapartida, isenção fiscal a essas instituições.

O programa cumpriu o importante papel de incluir no ensino superior estudantes de baixa renda, ampliando assim a democratização do ensino superior. Com essa nova política, o ensino superior passou a contar com o ingresso de muitos estudantes que antes concluíam o ensino médio e entravam direto no mercado de trabalho.

O PROUNI abriu as portas para o jovem continuar seus estudos em um curso de nível superior. O programa oportunizou que pessoas com pouca renda, como é o caso do filho da empregada doméstica, o filho de porteiro, entre outros chegassem a universidade. Em várias manifestações e discursos políticos o presidente Lula, simpatizantes e membros do partido utilizavam uma frase que se tornou bastante conhecida: “O filho do pedreiro também vai virar doutor”.

Teve muito filho de rico que reclamou do programa que criamos para expandir as universidades, diziam que ia diminuir a qualidade do ensino. Isso porque, para a elite, lugar de pobre não é na universidade. Negar o acesso da maioria ao ensino de qualidade sempre foi um projeto da elite retrógrada brasileira. Eles não queriam que filho de empregada virasse doutor, e hoje temos aqui vários filhos de empregadas e pedreiros virando médico, engenheiro (LULA, 2017).

O programa oferta bolsa integral e bolsa parcial de acordo com a renda do núcleo familiar. De acordo com o MEC a renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas. Se o resultado for até um salário-mínimo e meio, o estudante pode concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário-mínimo e meio e menor ou igual a três salários-mínimos o estudante pode concorrer a uma bolsa parcial de 50%.

Essa política pública foi inaugurada com a ideia de suprir uma demanda histórica, sendo uma política de atendimento imediato. Existe no Brasil uma carência histórica quanto ao ingresso de pessoas no ensino superior, a criação do PROUNI vem para atuar de pronto, na oferta de vagas para um grande número de pessoas.

Lula em seu pronunciamento no Palácio do Planalto no ano da criação do PROUNI:

Por que isso não foi feito há 30 anos? Porque vocês foram criando mais consciência, foram aprendendo a reivindicar mais, a cobrar mais e pela primeira vez vocês têm um presidente e um vice que não tiveram diploma universitário pelas mesmas razões que vocês não tiveram (LULA, 2005).

A política do Banco Mundial como sempre atuava no Brasil, interferindo e propondo questões para educação.

Em geral, as análises do PROUNI partem da premissa de que o programa se caracteriza como uma política pública de discriminação positiva, tida como fruto da imposição de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, num momento em que o Brasil ainda estava sob a aura do neoliberalismo, doutrina que recomendava, e até exigia, a redução da máquina estatal, a qualquer preço (CARVALHO, 2008, s/p).

O FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) foi outra política de incentivo ao ingresso de estudantes no ensino superior. O programa criado em 1999 passou por mudanças no governo Lula. Entretanto, na época em que os militares comandavam o país, ela existia e funcionava como crédito educativo. Nesse formato o estudante era obrigado a iniciar o pagamento do financiamento após um ano de curso. Em 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi criado o programa, passou a se chamar FIES. No governo Lula ele foi ampliado, teve sua taxa de juros mais baixa e houve alguns ajustes quanto aos prazos para início da quitação dos financiamentos. O FIES é uma ferramenta que gerou o aumento expressivo de matrículas no ensino superior, oportunizando a jovens matriculados também fazer o financiamento.

A tabela abaixo mostra o número de Instituições de Ensino Superior privadas e o número de Instituições de Ensino Superior do FIES, o número de ingressos em cursos de graduação e o número de novos contratos do FIES.

Tabela 1 – matrículas dos participantes do FIES.

<b>Figura 4 – N° de IES privadas, n° de IES participantes do FIES, n° de ingressos em cursos de graduação presenciais privados, n° de novos contratos do FIES</b>						
	<b>N° de IES participantes do FIES</b>		<b>%</b>	<b>N° de ingressos em cursos de graduação presenciais privados</b>		<b>N° de novos contratos do FIES</b>
						<b>%</b>
2003	1.652	1.029	62,29	1.218.742	49.248	4,05
2004	1.789	1.370	76,58	1.263.429	43.610	3,45
2005	1.934	1.560	80,66	1.346.723	77.212	5,73
2006	2.022	1.544	76,36	1.417.301	58.741	4,14
2007	2.032	1.459	71,80	1.472.747	49.049	3,33
2008	2.016	1.332	66,07	1.521.191	32.384	2,13
2009	2.069	1.318	63,70	1.353.479	32.654	2,41
2010	2.100	1.474	70,19	1.366.191	71.611	5,24
2011	2.081	1.528	73,42	1.458.463	153.151	10,5
2012	2.112	n.d.	-----	1.508.205	368.841	24,45
2013	n.d.	1.174	-----	n.d.	557.192	-----

Fonte: MEC (2000, 2001, 2002, 2003, 2010, 2012, 2013).

Os cursos de graduação das instituições de ensino superior passam por uma avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e acompanhamento dos resultados, tendo que obter um conceito maior ou igual a 03 (três) para participar do FIES. Uma das mudanças que a nova metodologia do FIES apresentou foi a de que após formado, o estudante poderia iniciar o pagamento do programa trabalhando no serviço público.

O SINAES leva em conta os aspectos de ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente para analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. As informações são retiradas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações são utilizadas para guiar políticas públicas e para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior.

Lula traz consigo ao longo de sua história uma trajetória de defesa e da melhoria do ensino público e conseqüentemente uma série de pautas voltadas para a melhoria das condições da educação no país. Isso fica evidente em seus discursos e, em documentos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a preocupação do governo Lula foi a de expandir o ensino superior da rede federal; a partir desse entendimento foram criadas entre o primeiro ano de mandato até o ano de 2010



Tabela 2 – Número de UF.

Universidades Federais	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2003	45
2005	51
2007	53
2008	55
2009	57
2010	59

Fontes: Reuni/MEC (2011)

No programa de governo do Partido dos Trabalhadores entre as propostas elencadas para o ensino superior encontramos a seguinte:

Nosso governo vai empenhar-se para ampliar as vagas e matrículas na educação superior, em especial pública. Estimulará a qualidade do ensino, que também decorre da multiplicação dos investimentos no setor público, do respeito ao princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão e da permanente avaliação das IES públicas e privadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica, com cumprimento de sua missão pública no âmbito local, regional ou nacional (PT, 2002, p. 27).

Com o objetivo de ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação, o decreto número 6.096/2007 criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ação essa que faz parte do plano de desenvolvimento da Educação (PDE). O programa buscou ampliar o acesso e a permanência de jovens estudantes no ensino superior, aumentando a oferta de vagas em cursos noturnos, e a flexibilização de currículos.

Importante salientar que o (PDE), teve ações voltadas para todos os níveis e modalidades da educação, estrategicamente para nortear a as ações do ministério da educação nos últimos quatro anos do governo Lula.

Diante do número crescente de discentes matriculados por meio de REUNI, a gestão do governo ampliou ainda mais o número de universidades, totalizando 13 novas universidades criadas pelo governo Lula, e em torno de 100 novos campi universitários, chegando em 2010 com o Brasil passando para 59 universidades públicas federais. Abaixo seguem alguns dados:

De 2003 a 2010 houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%, e de 148 campi para 274 campi/unidade, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou de 114 para 272 o número de municípios atendidos por universidades federais, um crescimento de 102% (GUASCO, 2014, artigo, Portal Vermelho).<sup>2</sup>

Com o objetivo de inclusão e expansão do ensino superior, surge como política pública criada pelo governo Lula, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passando a servir como ferramenta de acesso ao ensino superior, tornando o processo mais justo e democrático através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ajudando nesse sentido a acabar com as vagas ociosas existentes até então. Segundo o MEC, o ENEM tem por objetivo de avaliar o desempenho do estudante sendo utilizado para acesso ao ensino superior e como critério de seleção para estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no PROUNI.

Se somarmos as gestões do governo Lula e Dilma, no que diz respeito a qualificação profissional, educação científica e tecnológica o Brasil deu um salto significativo na criação de instituições com essa finalidade. Conforme o MEC, 2016:

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento.

Criados em dezembro de 2008 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES) tem como finalidade ofertar educação profissional e tecnológica de forma gratuita, desde o médio técnico até a pós-graduação.

Esses espaços educacionais acabam se tornando portas de entrada para o mercado de trabalho, garantindo assim renda para o trabalhador. Por outro lado beneficia as exigências do capital quanto ao aumento de produção.

O Brasil nesse período tinha a necessidade de fomentar o crescimento econômico, e a IFES, tiveram o objetivo, através da formação profissional e da educação contribuir com esse processo.

---

<sup>2</sup> <http://www.vermelho.org.br/noticia/248064-1>

Nota-se que há um esforço do Estado em ampliar a oferta de matrículas e interiorizar a educação pública federal, com a criação IFS e ampliação de *campi*, em estados até então excluídos de efetivas políticas públicas em educação profissional e tecnológica.

É necessário dizer que em 2011 assume a presidência do Brasil Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, sucedendo o presidente Lula. Eleita com amplo apoio de Lula, Dilma dá continuidade ao projeto do campo político liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Ela cria importantes programas na educação, como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), o Brasil Carinhoso, com intuito de suprir a demanda por creches e pré-escolas, a lei das contas, garantindo maior acesso de estudantes negros, indígenas e pessoas oriundas de escolas públicas, o programa Ciências Sem Fronteiras, com objetivo de incentivar a formação acadêmica no exterior, ofertando bolsas para estudantes. Dilma é reeleita em 2014 para seu segundo mandato, o qual não consegue concluir, sofrendo em 2016 o impeachment, considerado pelo Partido dos Trabalhadores e pelo campo político da esquerda brasileira como um golpe.

## 5 CONCLUSÃO

Retomando a problemática proposta, para a investigação, no presente estudo buscamos refletir sobre **a coerência encontrada na análise entre o conteúdo do discurso de posse do presidente Lula, em seu primeiro mandato, em relação aos feitos e a contribuição na área das políticas públicas para educação, para o período entre 2003 à 2010.**

Mobilizados por esta reflexão foi possível a compreensão que a democracia faz parte do cotidiano da vida das pessoas e que o processo de participação e de relação estabelecida em sociedade orientam a agenda dos governos e a formulação de determinadas políticas públicas a serem implementadas.

No presente trabalho procuramos tratar de um tema de interesse coletivo e que tem enorme responsabilidade do poder público. Visto que um olhar histórico pode nos levar a uma nova forma de abordar e de fazer política e de interpretar as relações estabelecidas pelas sociedades. Em acordo com esse entendimento, é essencial que se volte as atenções para as políticas públicas que conseqüentemente influenciaram as políticas educacionais.

Em seu discurso de posse Lula não faz referência de forma explícita sobre a questão educacional brasileira, mas deixa claro que as **mudanças** que o Brasil necessita, passam por um processo gradativo e continuado. Nesse sentido, fica evidente em seu discurso, que as principais mudanças devem ser feitas no combate às desigualdades sociais e na busca pelas condições que garantam acesso de todas as pessoas aos serviços públicos. Com a certeza de que a melhoria das condições de vida dos brasileiros passava pela geração de emprego e renda, e pela melhor distribuição da riqueza gerada no país, Lula cria programas e faz investimentos em áreas cruciais para o desenvolvimento humano e social das pessoas, gerando assim dignidade e cidadania. Durante seus dois mandatos, a educação vai ganhando corpo, programas e projetos vão sendo criados, servindo como ferramentas de qualificação e inclusão. Com base nesse entendimento, acreditamos que Lula foi coerente com aquilo que seu discurso apontava, para com as realizações efetivadas na área educacional do país.

O Brasil desde sua colonização sempre teve características elitizadas. Nunca foi prioridade ofertar políticas que viessem ao encontro do bem-estar e de suprir as carências educacionais do país. A educação sempre esteve ao alcance de poucos, sendo excludente para a maioria da sociedade.

Em 2002 chega ao comando da nação o presidente Lula, com características populares, trazendo esperança de que uma nova forma de fazer política principalmente para aqueles que mais precisavam, viesse a ser efetivada. Lula não teve uma postura revolucionária, mas sim de uma figura pública, que sabia das limitações de seu governo. Com características reformistas, mas assumindo diversos compromissos de campanha, Lula inaugura uma nova forma de gestão social e econômica do Brasil. Na área da educação Lula ganha destaque com a efetivação de políticas inclusivas, atendendo quantitativamente um grande número de pessoas, levando em consideração a demanda histórica na educação Brasileira, e o país passa a abrir e ampliar as portas do conhecimento, da formação de novos professores, priorizando a educação básica, a educação de jovens e adultos e a educação técnica e superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria A.A. **Educação: um novo patamar institucional**. CEBRAP. São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Carla B. Z. e Cols. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa Trabalhos Monográficos**. Atlas. Campo Grande, 2003.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2003). **Discurso de Lula na posse do 1º mandato**. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>

BRASIL. (2005). **PEC 415.2005. Proposta de Emenda constitucional**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290585>. Acessado em: 15/03/2018.

CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. **Município que educa: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 51-57.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DURHAM, Eunice R. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada**. Revista Novos estud. - CEBRAP nº 88 São Paulo Dec. 2010.

FONSECA, M. **O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira**. In. OLIVEIRA, D. A (org.) *Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Erica L. **A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE PEDAGOGIA – ISSN: 1678-300X Ano VI – Número 12 – Julho de 2008 – Periódicos Semestral.

GRISPINO, Izabel S. **Brasil Alfabetizado**, 2003.

GUASCO, Madalena, 2014. **A educação e a luta contra os retrocessos do neoliberalismo**. Revista Digital Vermelho. 2014.

Disponível em:

[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=6215&id\\_coluna=96](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=6215&id_coluna=96)

Acessado em: 22 de fevereiro de 2018.

GUIMARÃES, Juarez. **A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBGE (2004). **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/13042004sintese2003html.shtm>. Acessado em: 20/04/2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de F. E. **Educação Integral e Comunitária: o remirar-se da cidade e da escola** In: PADILHA, Paulo Roberto; MUJICA, José in Revista Vermelho, 2010.  
Encontrado em: [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=140912](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=140912)  
Acesso em março de 2018.

NETTO, José P. **“Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64”**. 11ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007.

PALOCCI, A. F. Partido dos Trabalhadores, 2002. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores**  
Encontrado em ([www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)) / Fundação Perseu Abramo ([www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)).  
Acesso em: fevereiro de 2018.

PIANA, M. C. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional**. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PT, Partido dos Trabalhadores. **Programas do Governo PT**. Fundação: Perseu Abramo, 2002. Encontrado em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881> Acessado em março de 2018.

SAMUELS, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: GELO, Vitor; VILLA, Marco (orgs). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: Edufscar, 2009.

SILVA, Edna Lúcia Da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2008.

SINGER, André. **O governo lula e as relações de classes**. Revista de Ciências Sociais, n. 39, Outubro de 2013, pp. 370-378.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Revista Novos estud.CEBRAP n.85São Paulo, 2009.

SINGER, André e ÁRABE, Carlos (2017). **Balanco de uma experiência histórica**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/andre-singer-e-carlos-arabe-balanco-de-uma-experiencia-historica/>. Acessado em: 01/10/2017

SOUZA, **Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VALENTE, Ana C. M. de M. **A construção das emoções no discurso do ex-presidente Lula.** Estudos Linguísticos - N. 28 – 2014.2 –SOLETRAS – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ Número 28, jul.- dez 2014. Disponível em: <file:///E:/Fabricio/Discurso%20de%20lula.pdf>. Acessado em: 01/10/2017.

VALLE, de Borja Reis do Bertha (coord). **Políticas Públicas em Educação.** Ano: 2009. Curitiba. Editora: IESDE. Brasil/S.A. 296p.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L S, NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.

**ANEXO**



**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
Discurso do Presidente da República**

**Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
sessão solene de posse no Congresso Nacional  
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003**

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José

Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si

mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país.

Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e

repto: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico- tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado,

representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, início este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande

missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!